



Renan Calheiros anunciou a reunião do partido em fevereiro

## PMDB se reúne para definir sucessor de Sarney

A bancada do PMDB no Senado deve se reunir no dia 1º fevereiro para escolher oficialmente o nome que o partido indicará para a sucessão de José Sarney (PMDB-AP) na presidência da Casa.

A informação é do líder peemedebista no Senado, Renan Calheiros (AL), que é o nome mais forte para receber a indicação, mas evita falar como virtual candidato para, segundo ele, não antecipar as decisões da bancada.

Renan informou que líderes partidários no Senado com quem tem conversado se posicionam favoravelmente ao cumprimento da regra da proporcionalidade das bancadas para a formação da Mesa Diretora da Casa.

Isso deixa naturalmente o PMDB com a presidência do Senado, já que é o maior partido, com 22 senadores. O PFL, com 17 senadores, tem a segunda maior bancada e o PT, com 13 integrantes, tem a terceira maior.

De acordo com as regras, cada partido, de acordo com a proporcionalidade, pode escolher um cargo da Mesa a ocupar formando uma chapa para ser eleita.

Renan disse não estar em campanha, mas adiantou que

vai procurar todos os partidos com representação no Senado para discutir a proporcionalidade e a composição da Mesa. Até o momento, ele é o único pré-candidato à presidência do Senado. Apesar de afirmar que ainda não é o candidato oficial do PMDB, ele confirma que "não há dificuldades para a aceitação" do seu nome.

### PROPOSTAS -

Calheiros não quis adiantar seus planos para a presidência do Senado.

Ele confirmou, no entanto, a intenção de criar uma comissão para reavaliar a formulação e a tramitação do Orçamento.

"Esta não é uma plataforma de campanha. É um consenso entre todos os líderes. A reestruturação do Orçamento é um desejo de todos os líderes. Temos de repensar o Orçamento em todas as fases, desde sua elaboração até a execução."

*"Temos de repensar o Orçamento em todas as fases, desde sua elaboração até a execução"*

**Renan Calheiros,**  
candidato à presidência do Senado pelo PMDB

Ele disse defender uma proposta intermediária entre o Orçamento autorizativo (como é hoje, que somente autoriza os gastos e não obriga a sua execução) e o impositivo (o que obrigará o governo a cumprir o que foi estabelecido na peça orçamentária). "Temos que adotar uma fórmula de transição", avaliou.